

Análise crítica e descritiva do V Fórum Sobre a Criança Angolana

Bantu Mendonça Katchipwi Sayla

É Sacerdote católico incardinado na Diocese de Benguela – Angola. É bacharel em Filosofia, em Teologia pelo Seminário Maior do Bom Pastor em Benguela – Angola e em Comunicação Social – RTV pela FATEA; Pós-Graduado em Psicopedagogia e Psicomotricidade pela UNISAL em Lorena – SP respectivamente; Atualmente é mestrando em Ciências da Educação na UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) - Tubarão e bolseiro da FAPESC. Reside na Diocese de Tubarão - SC - Brasil.

Resumo

Ao convite de Sua Excelência, Doutora Ana Teresinha¹, participei na qualidade de convidado especial, do V Fórum Nacional da Criança sob o tema: “Por um futuro melhor, cuidemos da criança” que se realizou nos dias 22, 23 e 24 de Junho de 2011, nas instalações da Assembleia Nacional, em Luanda – República de Angola - organizado pelo CNAC². O objetivo deste trabalho é partilhar com a comunidade académica, a reafirmação dos esforços que o Executivo angolano tem vindo a fazer no que toca à filosofia que norteia a política pública de educação das crianças angolanas. Devido à extensão do material proposto para o V Fórum, daremos apenas destaque aos pontos principais salientados em cada - documentum laboris -; e ou seja, realçar os aspectos mais relevantes dos discursos das sessões solenes de abertura e do encerramento, através de transcrição dos áudios gravados durante as intervenções dos oradores em todas as sessões e nos painéis plenários. Segundo o Documento Base, a previsão de presença no evento seria num “total geral de participantes e convidados 452” (CNAC, 2011, p. 16). Porém, na prática, participaram 410 pessoas dentre os quais se destacou a presença de Sua Excelência o Sr. Fernando da Piedade Dias dos Santos³, alguns ministros e vices ministros do Executivo angolano, entidades parlamentares, militares, eclesiásticas, diplomáticas, representantes da Organização das Nações Unidas, da sociedade civil, convidados internacionais, delegados e coordenadores dos secretariados provinciais e municipais de Educação, 20 sobas⁴ e 36 crianças na faixa etária dos 14 aos 17 anos de idade, vindas das 18 Províncias que compõem a República de Angola, em representação de todas as crianças angolanas.

Palavras-chave

Análise crítica; Fórum; Criança angolana

Abstract

At the invitation of His Excellency, Dr. Ana Teresa, attended as special guest of the Fifth National Forum of the Child under the theme: "For a better future, care of children" held on 22, 23 and 24 June 2011, the premises of the National Assembly in Luanda - The Republic of Angola - organized by CNAC. The objective of this study is to share with the academic community, the reaffirmation of the

¹ Chefe do Departamento Nacional de Atendimento à Primeira Infância.

² Conselho Nacional da Criança, criado por Decreto nº 20/07, de 20 de Abril, do Conselho de Ministros. Esta Instituição integra 20 departamentos ministeriais, organizações da sociedade civil. Trata-se de um órgão de concertação social, responsável pelo acompanhamento e controlo da execução das políticas de promoção e defesa dos direitos da criança, sendo uma demonstração clara de que a responsabilidade pela garantia dos direitos das crianças deve ser compartilhada entre o Governo e a Sociedade Civil.

³ Vice presidente da República de Angola,

⁴ Autoridades Tradicionais.

efforts that the Angolan Government has been making with regard to the philosophy that guides public policy education of Angolan children. Due to the length of the material proposed for the V Forum, we will only highlight the main points highlighted in each - *documentum laboris* -, and that is, highlighting the most relevant aspects of the discourses of sessions solemn opening and closing through transcription of audio recorded during the speakers in all plenary sessions and panels. According to the Base Document, the expected attendance at the event would be a "grand total of 452 participants and guests" (CNAC, 2011, p. 16). However, in practice, 410 people participated among which highlighted the presence of His Excellency Mr. Fernando da Piedade Dias dos Santos, some ministers and deputies of the Angolan government ministers, parliamentary bodies, military, ecclesiastical, diplomatic representatives of the Organization of United Nations, civil society, international guests, delegates and coordinators of provincial and municipal secretariats of Education, 20 chiefs and 36 children ranging in age from 14 to 17 years old, coming from 18 groups that make up the Republic of Angola, on behalf of all Angolan children.

Keywords

Critical and descriptive analysis; Children; Forum

Introdução

O tema do V Fórum foi definido e proposto no Plenário realizado a 16 de Dezembro de 2010. Teve como objetivo fundamental duas metas: Refletir sobre os progressos alcançados na implementação dos compromissos para com as crianças angolanas dos 0 aos 18 anos, assumidos no IV Fórum que teve lugar no Centro das Convenções Talatona, em Luanda, de 15 a 16 de Junho de 2009, sob o Lema: "Angola – 11 Compromissos para a Criança. Pensar Nacional – Agir Local"; Analisar os constrangimentos experimentados, as lições aprendidas, até Maio de 2011; e apontar as perspectivas para a sustentabilidade dos projetos e programas de intervenção para o biénio 2011 - 2013, a fim de que se possa garantir um futuro melhor à todas as crianças de Angola. Portanto, por parte este evento teve como objectivo ater-se aos balanços dos compromissos, aprovados no III Fórum realizado em Junho de 2007 para com a criança, conforme consta no Relatório Narrativo do grau de cumprimento dos 11 para com as criança:

Os balanços efetuados a nível dos Departamentos Ministeriais, Provinciais e Municipais, além de permitir identificarem os vários constrangimentos que ajudarão a extrair conclusões e ensinamentos pertinentes, estabelecendo as balizas de intervenção conducentes ao reforço das ações em curso e ao desenvolvimento de novas respostas às oportunidades que se oferecem (CNAC, 2011, p. 6).

Este procedimento visa a conscientização o Governo angolano, Organizações Não Governamentais, das autoridades eclesíásticas, tradicionais e da sociedade em geral dos múltiplos desafios e a reafirmação crucial o seu engajamento na execução dos 11 Compromissos assumidos, conforme espelhados nas recomendações de Outubro de 2010 do Comité Internacional dos Direitos da Criança, quanto:

A harmonização da legislação nacional a favor da criança, o aumento da distribuição orçamental específica para as crianças, o reforço do sistema integrado de indicadores para a criança, o fortalecimento da gestão operacional das múltiplas actividades do plano bienal, a redução das taxas de mortalidade materna infantil e o incremento do registo de nascimento (Idem, p. 7).

O Executivo de Angola, mais concretamente o CNAC - entidade idealizadora e realizadora do evento - desde a sua criação, idealiza a criança como sendo aquela que goza de uma prioridade absoluta, reafirmando, por outras palavras, o que está patente na Constituição da República de Angola, no artigo 80º quando diz:

1 – A criança tem direito à atenção especial da família, da sociedade e do Estado, os quais, em estreita colaboração, devem assegurar a sua ampla protecção contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão, exploração e exercício abusivo de autoridade, na família e nas demais instituições;

2 – As políticas públicas no domínio da família, da educação e da saúde devem salvaguardar o princípio do superior interesse da criança, como forma de garantir o seu pleno desenvolvimento físico, psíquico e cultural;

3 – O Estado assegura especial protecção à criança órfã, com deficiência, abandonada ou, qualquer forma, privada de um ambiente familiar normal;

4 – O Estado regula a adopção de crianças, promovendo a sua integração em ambiente familiar sadio e velando pelo seu desenvolvimento integral;

5 – É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar (2010, p.34-35).

Os “11 Compromissos para com a criança angolana” foi o instrumento de trabalho do V Fórum, como vimos afirmando, distribuídos em 4 categorias, a saber:

- 1. Esta categoria compreende as crianças com a faixa etária dos zero aos 5 de idade, perfazendo os primeiros compromissos nomeadamente: 1º - Esperança de vida ao nascer; 2º - Segurança alimentar nutricional; 3º - Registo de nascimento e 4º - Educação da primeira infância.*
- 2. Abrange todas as crianças com idade compreendida entre os 6 aos 18 anos de idade, cujos compromissos são somente dois, que são: 5º - Educação primária e educação profissional e 6º - Justiça juvenil.*
- 3. Esta categoria, por sua vez, inclui todas as crianças das faixas etárias descritas nas duas anteriores, ou seja, dos 0 aos 18 anos de idade, retratando os seguintes compromissos: 7º – Prevenção e redução do impacto do VIH/SIDA nas famílias e nas crianças; 8º – Prevenção e combate à violência contra a criança e 9º - Protecção social e competências familiares.*
- 4. Por último, está a categoria que visa garantir a sustentabilidade das conquistas a favor das crianças, mediante os seguintes compromissos: 9º A criança e Comunicação Social, a cultura e o desporto e 11º - A criança no Plano Nacional e no Orçamento Geral do Estado.*

A mesa do presidium cuja sessão da abertura se deu às 9 horas, do dia 22 de Junho, estava composta por Sua Excelência, o Sr. Vice Presidente da República de Angola, Fernando da Piedade Dias dos Santos; os estudantes Miqueias Luís e Maura Coragem, em representação de todas as crianças angolanas; o representante da Sociedade Civil, o Sr. Dino Manjar; o primeiro Vice-presidente do Conselho Nacional da Criança, o Sr. José Van-Dún; o Sr. João Batista Kussumwa, o presidente do Conselho Nacional da Criança e Ministro de Assistência e Reinserção Social; a Vice Governadora a Sr^a Jovelina Imperial, em representação do Governador provincial de Luanda; a Sr^a Ana Paula do Sacramento Neto, Vice-presidente do Conselho Nacional da Criança; o Coordenador Interino do Sistema das Nações Unidas em Angola, o Sr. Koen Vanormelinger.

Sessão solene de abertura e painéis plenários

Após a execução do Hino Nacional da República de Angola, as crianças do Município do Sambizanga, tomaram de assalto a sala oficial das sessões parlamentares da Assembleia Nacional, formando 4 fileiras espalhadas pelas alas das bancadas e exibidas algumas coreografias culturais, desejando boas vindas aos convidados e participantes. Em nome de todas as crianças angolanas, Alfredo Leonel, de apenas 5 anos de idade, desejou bons trabalhos à assembleia, na sua mensagem como reiteramos: “nós crianças angolanas, saudamos as Nações Unidas e todas as instituições aqui presentes. Nós queremos a paz, felicidade e carinho! Temos a certeza de que os nossos problemas serão discutidos. Desejamos a todos bom trabalho”!

O coordenador residente das Nações Unidas, o Sr. Koen Vanormelinger, na sua intervenção, começou por felicitar o executivo angolano dizendo: “primeiramente deixa-me dar-vos da parte da equipa das Nações Unidas no País, os meus parabéns. Poucos países no mundo, fizeram o que vocês foram capazes de fazer. Desenvolver um plano de ação específico mensurável e orçamental para assegurar que os direitos das crianças sejam respeitados” (2011). Pois logo à primeira vista, os 11 Compromissos para com as crianças são uma importante promessa não só para as crianças, pais mas também para todas famílias angolanas, de modo muito especial para a sociedade do futuro, no sentido de afirmar cada vez mais que “as crianças têm o direito a uma vida salutar, a proteção e segurança. Têm o direito de se expressarem, de se desenvolverem intelectual e fisicamente, ou seja, de atingir todo o seu potencial” (VANORMELINGER, 2011). Portanto, desenvolver políticas que criem homens novos é apostar numa reconstrução de uma sociedade mais justa, democrática, consciente do seu passado, que assuma o presente com determinismo como forma de projeção para um futuro melhor para as crianças. Tal aposta constitui prioridade absoluta na política internacional hoje. É por isso que para o representante das Nações Unidas em Angola, “os 11 Compromissos para com as crianças e o próprio *V Fórum* são, de fato, a prova do compromisso deste País, para com a convenção internacional sobre os direitos da criança e para com a realização dos objetivos do desenvolvimento do biênio até 2015” (Ibidem). Assim, os objetivos deste evento foram a reflexão crítica e conjuntas sobre os progressos alcançados no cumprimento das promessas feitas as crianças angolanas nos Fóruns anteriores. Apreciação dos compromissos legais e políticos; e exame do bom trabalho já feito, sobre “os documentos políticos, os planos dos trabalhos bienais e os orçamentos” (Ibidem).

Não obstante, este grande esforço, o diplomata das Nações Unidas não deixou de apontar algumas deficiências e a árdua tarefa que o Executivo angolano terá pela frente no próximo biênio, quanto ao cumprimento das metas traçadas nos 11 Compromissos para com as crianças:

Ainda há muito trabalho e muitos esforços a serem feitos para os 11 Compromissos para com as crianças [...]. Este Fórum é uma oportunidade para acelerar os progressos para as crianças e reduzir as disparidades. Primeiramente, é necessário nos concentrarmos nas áreas onde se registra um certo atraso. Por exemplo, apenas 30% das crianças angolanas, menores de 5, têm a Cédula de nascimento. A Cédula de nascimento não é um luxo. Mas um direito humano fundamental que dá a cada criança um nome numa Nação que lhe confere o acesso aos direitos por toda a sua vida. Começando pelo Registo de Nascimento, destaco o Compromisso nº 3. É um compromisso sobre o qual peço e espero que se faça grandes progressos aqui, durante e depois do Fórum. O desenvolvimento da primeira Infância - Compromisso nº 4 - é outro importante ponto de que nos devemos focar nos próximos dois dias. Duas de cada três crianças angolanas morrem antes do seu 5º aniversário, mas com os investimentos por dentro a tendência pode ser invertida (VANORMELINGER, 2011).

Lançando um olhar para as políticas internacionais sobre a defesa das crianças - políticas alicerçadas nos Direitos Internacionais da Criança - o presidente do Conselho Nacional da Criança, o Sr. João Baptista Kussumwa, depois de acolher e saudar os convidados e participantes do *V Fórum*, fez um breve historial do órgão que dirigia, bem como explicou o seu funcionamento. No final, falando mais concretamente do evento em causa disse tratar-se de “uma manifestação clara e inequívoca do engajamento total à concretização dos objetivos comuns que nos propusemos alcançar para criarmos um futuro melhor para os nossos filhos angolanos” (2011). Assim, os resultados dos 11 Compromissos assumidos, quer a nível nacional, quer no âmbito provincial ou municipal, somente serão alcançados se o Executivo ou Governo angolano, trabalhar em sintonia:

Com as políticas internacionais em matéria de defesa dos Direitos da Criança, trabalhar com os seus parceiros sociais na implementação das estratégias que incluam o reforços das capacidades institucionais a melhoria de sistemas de recolha de dados e ações complementares no âmbito do estreitamente de aliança e mobilização de vontades (KUSSUMWA, 2011).

O CNAC, em sequência do seu múnus, promoveu e realizou o *V Fórum* sob o lema: “Por um futuro melhor, cuidemos da Criança”. No dizer do presidente, o motivo da reunião é “analisar os progressos já alcançamos nos últimos dois anos, em relação à implementação dos 11 Compromissos em benefício das crianças e das suas respectivas famílias e adotar ações práticas para a sua aplicação à nível local sempre tendo a criança como prioridade absoluta do Estado, da Sociedade e da Família” (Ibidem). Este exercício crítico e de balanços que “aceita as informações e relatórios compilados pelos departamentos ministeriais e conselhos de proteção da criança, vão permitir a identificação e adoção conjuntas de ações prioritárias para o próximo bienio 2012-2013” (Ibidem).

Em Angola, ao longo dos últimos anos, sobretudo, depois que a guerra terminou, os esforços empreendidos pelo Governo à todos os níveis para promover um ambiente favorável à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção e ao bem estar da criança angolana tem permitido registar mudanças assinaláveis nos indicadores sociais à medida em que melhoram as condições de vida das populações, ou seja, assinalarem progressos nas ações, tais como:

No asseguramento dos direitos da criança, aumento da taxa líquida de escolarização na ordem de 77.2%, o acesso da água portátil 53% e ao saneamento do meio 60%, o encremento de 19% da produção agrícola e a reendência de melhoria dos índices de mortalidade materna infantil. Este é o resultado de medidas estragéticas incluindo o fato de que no âmbito da política social, o Executivo Angola está a reservar 30% do Orçamento Geral do Estado, para as despesas nas áreas de educação, habitação, água, saúde, assistência social, energias, saneamento básico e ambiente (Ibidem).

Todavia, apesar destes desenvolvimentos, estamos cientes de que ainda persistem grandes desafios em relação à consolidação do progresso já alcançado e a garantia da qualidade dos serviços, a redução das simetrias e iquidades ao reforço da inclusão social e de igualdade de gêneros. É preciso que de fato se criem, como o próprio Presidente do CNAC disse, no seu discurso de abertura, uma “política para a primeira Infância que permitirá estruturar e acompanhar melhor a nossa atuação neste domínio [...] para apoiar os municípios, ampliar e melhorar a qualidade da atenção e ofertas dos serviços à primeira infância”. Mas também é fundamental que seja ampliado o Orçamento Público nacional, provincial e municipal direcionados aos serviços integrados da saúde, educação, cultura, assistência, proteção às crianças e suas famílias, para que haja competitibilidade no desenvolvimento de competências técnicas municipais em prol do bem-estar das crianças, adolescentes e jovens. Isto porque, a condição social da criança angolana depende primeiro e antes de mais do bem-estar de suas famílias e comunidades. Até porque:

Abrangência na irradicação da pobreza requer esforços coordenados e complementares tanto de intidades públicas quanto privadas num modelo de partilha de responsabilidades reforços e aproveitamento de recursos humanos e financeiros disponíveis para um aumento de serviços sociais de base na luta contra o desemprego, o acesso à educação e aos cuidados dos serviços primários de saúde e a eliminação de todas as formas de discriminação e da promoção da igualdade, equidade e justiça social (KUSSUMWA, 2011).

Portanto, ao nosso ver, urge o trabalho conjunto a nível de províncias e dos municípios num quadro de harmonização dos esforços, responsabilização pontual e gestão pelos objetivos e resultados já alcançados. Para a melhoria das condições de sobrevivência, desenvolvimento e proteção da criança e adolescente angolanos, num contexto de paz, de recuperação econômica, de expansão de infraestruturas básicas, do fortalecimento do psicosocial e das parcerias: Estado, família, Igreja, sociedade em geral e comunidade internacional.

Não fugindo da regra, também Sua Excelência o Sr. Fernando da Piedade Dias dos Santos, na qualidade de Vice Presidente da República de Angola, discursando, desejou boas vindas aos presentes e agradeceu pelo convite à presidência da cerimónia inaugural do V Fórum, num espaço de balanço, reflexão e planificação das acções com vista a atuação multisectorial consagrado e eficaz em prol da implementação dos projetos e programas definidos no âmbito da política nacional da criança em Angola e no quadro dos compromissos internacionais sobre a matéria, mobilizando para o efeito, o Governo, a sociedade civil e os parceiros internacionais. Neste sentido encorajou os presentes dizendo:

Caros participantes, gostaria de encorajar os trabalhos intersectoriais dos departamentos interrelacionados que têm conseguido de forma permanente a articulação dos ideais com vista à implementação de acções em prol da

criança tanto a nível nacional como local de modo a garantir o bem-estar da criança angolana, no quadro do programa de combate a pobreza e desenvolvimento rural, nos programas de cuidados primários de saúde. É imprescindível a participação cada vez mais ativa das administrações municipais, sob o controlo dos respectivos governos provinciais na planificação, na gestão, na execução, na avaliação das implicações públicas a nível das populações (SANTOS⁵ 2011).

Esta intervenção do Vice-presidente poderia ser entendida como uma clara chamada de atenção ao que poderíamos dar o nome de “municipalização”, sobretudo, com a implementação do projeto piloto “Municípios Amigos da Criança em Angola”⁶ (CNAC - DOC. N.º 12). Municipalizar é transferir para as cidades a responsabilidade e os recursos necessários para exercerem plenamente as funções de coordenação, negociação, planeamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria da educação, economia, cultura, arte, religião, política, justiça e saúde local, controlando os recursos financeiros, as ações e os serviços diversos prestados em seu território. Tratar-se-ia portanto, de uma crescente responsabilidade e patriotismo dos munícipes e das autoridades municipais, na execução técnica e financeira dos programas e projetos a nível rural e perímetro urbano. Julgamos ser, a razão de ser do discurso do Vice Presidente da República de Angola ao afirmar que “os municípios devem elaborar o plano bienal 2012 – 2013 para a Infância para que o mesmo seja financiado anualmente no quadro do Orçamento Geral do Estado permitindo a sua cuidadosa implementação e a criteriosa proteção” (SANTOS^a, 2011).

Pelo que parece, o Estadista angolano está a despertar a nação inteira para o exercício da cidadania e uma verdadeira democracia embora ainda em miniatura em Angola. É um convite a essa prática. Atitude que por sua vez implica um envolvimento social de recolha e tratamento de dados sobre a esperança de vida, a mortalidade infantil, o registo de nascimento, a escolarização e outras variáveis que contribuam para a real avaliação da criança em cada município, em Província na integridade nacional conforme já o referimos a quando do discurso do representante do Sistema das Nações Unidas em Angola.

Ao terminar o seu discurso, o Vice-presidente fez suas as palavras de Sua Excelência, o Presidente da República, o Eng.º José Eduardo dos Santos, endereçada às nossas crianças, no dia 1 de Junho de 2011, dia internacional da criança, na qual ele afirma:

Cabe nesta hora reiterar os compromissos em relação à criança, já assumidos pelo nosso Governo em colaboração com o Sistema das Nações Unidas e com outros parceiros sociais no sentido de garantir uma melhor esperança de vida a nascer. Esta garantia para além do registo de nascimento e da educação da primeira infância, envolve também a segurança alimentar e nutricional, os cuidados primários da saúde, a prevenção e o combate contra a violência, a criação dos espaços lúdicos, a proteção social, o respeito pelos seus direitos e os reforços pelas competências familiares.

⁵ Fernando da Piedade Dias dos Santos, Vice Presidente, e não José Eduardo dos Santos – Presidente da República de Angola, respectivamente.

⁶ O conceito de Cidade ou Município Amigo da Criança (MAC) é a incorporação da convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), a nível local. Município amigo das crianças é um sistema local de boa governação, comprometido com o cumprimento dos direitos das crianças. Com os Municípios Amigos da Criança, avalia-se o desempenho de cada município na garantia dos direitos da criança.

Depois de um breve intervalo seguiu-se o lançamento da mascote “Gégé”⁷ e o 1º Painel em Sessão Plenária pelo Presidente do CNAC, o Sr. João Baptista Kussumwa, que consistiu na leitura do relatório narrativo do grau de cumprimento dos 11 Compromissos (progressos e retrocessos ou constrangimentos) com a criança angolana num período que vai de junho de 2009 a maio de 2011. Assim, segundo este documento - cujas informações são provenientes dos Sectores ministeriais adstritos ao Conselho Nacional da Criança, da sociedade civil e organismos das Agências das Nações Unidas -sob o ponto de vista do enquadramento sócio político, redefinir as políticas públicas de educação, proteção, saúde e defesa das crianças angolanas.

O 2º Painel consistiu no balanço do cumprimento dos 11 Compromissos sobre a criança angolana e foram oradores nesta sessão plenária, os senhores: José Van-Dúnen, Ministro da Saúde; Mpinda Simão, da Educação; Bornito de Sousa, da Administração e Território; e por último, Ana dias Lourenço, Ministra do Planeamento. Nas suas abordagens, com maior ênfase foram apontando de forma exaustiva, os progressos alcançados em cada domínio, bem como identificados alguns constrangimentos que ainda se registam e apontadas as recomendações e perspectivas para a melhoria que se pretende em prol do bem-estar da criança.

Na Mesa Redonda cujo tema foi “A criança e preservação dos Valores da Cultura angolana”, a Srª Rosa Cruz e Silva, Ministra da Cultura, abordou o tema sobre “O impacto dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, na sobrevivência e bem-estar das crianças”. Nesta exposição depois de ter falado da necessidade de preservar os valores culturais, dirigindo-se aos educadores presentes, chamou-os à responsabilidade como sendo “os novos atores a contribuir neste esforço de sustentar uma identidade própria da criança, que recebe os ensinamentos no seio familiar, através das cerimônias rituais e outras que concorrem para a sua afirmação individual” (2011). Falando mais concretamente do papel da família e da sociedade ela entende que:

Os pais e a família em geral, assim como a própria sociedade, são concebidos como uma estrutura estruturante (Bourdieu, 1989) de todo o processo. Os valores e princípios culturais começam a ser transmitidos oralmente aos descendentes desde a infância, no seio da família nuclear e ou extensa através sobretudo de mulheres da família, a partir dos modelos culturais (e não raras vezes, religiosos) que também lhes foram comunicados (Ibidem).

Portanto, não ignorando a importância fundamental que joga a família em si, não é mera tautologia considerar cada vez mais o papel da sociedade através dos seus sistemas de relações desde as institucionais, como as de intergrupos e que contribuem para o bem e para o mal muitas vezes da conduta requerida. Assim sendo, a família e a sociedade são as principais fontes de transmissão dos valores culturais, tais como: “valor moral, [...], valor social e político, [...], valor religioso, [...], e valor prático [...]” (Ibidem). Entrementes, caberá à escola funcionar como uma “agência educativa por excelência no sentido de que ela coloca em ação os principais meios para que sejam atingidos os parâmetros considerados ideais pela sociedade” (NISKIER, 2001, p. 25). Trata-se portanto, de um elemento catalizador e consolidador para incentivar na criança o gosto pelas belas artes, pela cultura, pela paz, pela ética, pela moral, pela justiça, pela honestidade, pelo respeito, que as crianças terão aprendido com os pais e com os espaços sócio culturais onde nasceram e cresceram. Assim sendo, “a

⁷ Gégé é um personagem televisivo, que surge como difusor das boas práticas e defensor de valores morais, cívicos, éticos e culturais junto de todas as crianças.

escola deverá atuar a par com os outros agentes, como um fator que pugna pelo desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança” (Ibidem).

Para cumprir com esta finalidade, o Governo segundo a Ministra da Cultura, deve promover, entre outras atividades, a inventariação das práticas culturais que contribuem para o bem-estar da criança, promovendo ações de divulgação do acervo histórico e cultural de Angola. Ações como: concursos de literatura, dança, música nos centros escolares e nas comunidades, assim como a criação de prémios para os criadores infantis, devem constar nas agendas Nacional, Provincial e Municipal.

Neste sentido, o tema sobre o “Impacto dos programas municipais na sobrevivência e bem-estar das crianças” fez alusão às várias iniciativas do Executivo Angolano para o combate à pobreza através de diversos programas, nomeadamente o Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza, que passa pelo processo de descentralização do poder local e desconcentração administrativa. Particularizou a visão e eixos estratégicos deste programa a nível municipal que abarca ações nos domínios da educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, água e energia para todos, convergindo para o bem-estar da criança angolana como uma prioridade absoluta do Executivo governamental.

A Sessão Plenária, terminou com a apresentação do 3º e 4º Painéis, sobre a “Voz da Criança” e sobre temas relacionados com a “Sustentabilidade das Conquistas”, respectivamente, cuja metodologia foi a formação de 4 grupos de trabalhos temáticos dos 11 Compromissos que a seguir descreveremos, tendo como centralidade os dias 23 e 24 de junho.

No 3º Painel “A Voz da Criança”, é digna de menção a correta forma de enquadramento, profundidade de análise e o nível de abordagem das questões apresentadas pelas crianças provenientes das 18 Províncias de Angola em representação das demais angolanas, bem como as suas intervenções na seção de debates. As crianças sem rodeios, nem medo de represálias como antes no sistema do monopartidarismo ou ditatorial, exigiram a sua participação ativa nos assuntos que à elas dizem respeito, através da célebre frase: “ nada para nós sem nós”. Fazendo um apelo, pediram que o Governo, a família e a sociedade as tivessem de fato como prioridade absoluta.

Elas disseram ao Executivo angolano que há grande necessidade de melhores condições de educação e ensino para todas as crianças angolanas, sobretudo a nível rural; a proteção das famílias pobres e carentes e criação de meios de autosustentabilidade; as construções de escolas e creches, com particular realce para as crianças portadoras de deficiência; a criação de fatores inibidores de algumas práticas nefastas à sociedade, como seja, o alcoolismo, o abuso de poder, a violência e maus tratos, a criminalidade infantil, o feitiço, entre outros problemas que afetam e impedem o crescimento integral das crianças angolanas.

Eis a formação dos grupos e as respectivas temáticas:

1. GT: A criança do zero aos cinco anos (Compromissos: 1 – Esperança de Vida; 2 – Segurança Alimentar e Nutricional; 3 – Registo de Nascimento; e 4 – Educação da Primeira Infância);
2. GT: A criança dos seis aos dezoito anos (Compromissos: 5 – Educação Primária e Educação Profissional; e 6 – Justiça Juvenil);
3. GT: Todas as crianças dos 0 aos 18 anos de idade (Compromissos: 7 – prevenção e redução do impacto do VIH/SIDA nas famílias e nas crianças; 8 – prevenção e combate à violência contra a criança; e 9 – proteção social e competências familiares);

4. GT: Garantir a sustentabilidade das conquistas a favor das crianças (Compromissos: 10 – criança e comunicação social, a cultura e o desporto; e 11 – a criança no plano nacional e no Orçamento Geral do Estado).

Conclusões e recomendações gerais

Os dias 23 e 24 foram consagrados aos debates em grupos, à apresentação, apreciação e a aprovação das conclusões e recomendações em Sessão Plenária das quais se extrairam os seguintes ítems:

a) Conclusões:

1. O balanço geral das atividades constatou que persistem algumas dificuldades nos mecanismos de coordenação e no envolvimento de todas as forças vivas da Nação para com os problemas da criança definida como prioridade absoluta de toda a sociedade;
2. O Relatório do Grau de Cumprimento dos 11 Compromissos foi genericamente aceite pelos participantes que reconheceram a necessidade de o complementar com dados respeitantes à algumas províncias e setores;
3. Foi aceite o Plano Bienal Setorial 2011-2013, com base no qual as equipas provinciais elaboraram um DRAFT do Plano Bienal Provincial/Municipal. Este esboço deverá ser posteriormente discutido a nível local, validado, finalizado e remetido ao Secretariado do CNAC até ao dia 20 de Julho de 2011;
4. Regista-se uma melhoria considerável na preparação e apresentação dos trabalhos a nível de algumas Províncias, denotando um reforço da capacidade técnica dos seus quadros;
5. Regista-se contudo, um défice ainda acentuado de Recursos Humanos em quantidade e qualidade para a gestão de serviços, principalmente nas zonas rurais;
6. Os documentos apresentados ao V Fórum para apreciação, que concorrem para a implementação dos 11 Compromissos assumidos pelo Executivo Angolano à favor da criança angolana, constituíram uma mais-valia para a qualidade dos debates e alcance dos objetivos preconizados para o Evento.

b) Recomendações Gerais

1. Aperfeiçoar o anexo do Relatório no Grau de cumprimento dos 11 Compromissos retratando a situação a nível Municipal/Comunal para que a mesma conste nos Documentos finais do V Fórum;
2. Considerar o Plano Bienal Nacional 2011 a 2013, as Linhas Orientadoras para a Implementação dos 11 Compromissos a nível local e os Indicadores do

SICA, como documentos de referência para a elaboração e/ou aperfeiçoamento dos Planos Provinciais e Municipais;

3. Documentar e divulgar a informação sobre as Boas Práticas apresentadas pelas diversas Províncias e reforçar o intercâmbio de experiências, como forma de incentivar o desenvolvimento de atitudes e iniciativas locais que promovam a bem-estar da criança;
4. Continuar a desenvolver ações que conduzam a promoção/criação de espaços para a participação das crianças incluindo na Comunicação Social a fim de transmitir e debater assuntos relacionados com os 11 Compromissos, não se cingindo apenas a programas difundidos em datas comemorativas alusivas às crianças;
5. Adequar o documento de política para a Primeira Infância dos zero a cinco anos de idade, em relação ao qual os participantes recomendam, dada a sua abrangência, a extensão a toda criança dos zero aos dezoito anos de idade, procedendo a sua remissão célere aos órgãos superiores de decisão;
6. Considerar as Estratégias Nacionais de Nutrição, de Incremento do Registo de Nascimento, de prevenção e Combate à Violência e da criação do sistema de SOS e Observatório da Criança, como instrumentos indispensáveis para a planificação, orçamentação e implementação dos 11 Compromissos no âmbito da Política Nacional da Criança;
7. Aprofundar com os órgãos competentes do governo a Estratégia para gratuidade e o Acesso Universal do Ensino Primário;
8. Interiorizar e difundir o espírito e objectivos do Sistema “Município Amigo das Crianças” como instrumento ideal para impulsionar os 11 Compromissos ao nível provincial, municipal e comunitário;
9. Institucionalizar o Fundo Nacional para a Criança, logo que as condições para o efeito o permitam, com o objectivo de captar recursos provenientes de diferentes fontes, com vista ao financiamento de actividades que se desenvolvem em obediência ao princípio do interesse superior da criança. Entretanto e até que o mesmo se efective, aumentar as dotações orçamentais do INAC, quer a nível nacional como provincial;
10. Garantir mecanismos de coordenação intersectorial e ampla participação da sociedade civil e as próprias crianças na planificação, implementação e monitoria dos 11 Compromissos a todos os níveis;
11. Usar a oportunidade dos processos de descentralização para ligar os 11 Compromissos e planos concretos e realistas, a nível local, estabelecendo a ligação com o programa de “Municípios Amigos da Criança”;
12. Garantir que as actividades previstas nos planos sectoriais, provinciais e municipais sejam devidamente orçamentadas e incluídas no Orçamento Geral do Estado;
13. Garantir que as actividades descritas nos planos semestrais sejam realmente monitoradas de forma regular, desenvolvendo mecanismos de responsabilização para garantir a sua performance;
14. Garantir o desenvolvimento dos instrumentos jurídico-legais para as diferentes estratégias e mecanismos, visando melhorar a sustentabilidade e a harmonização com a Convenção dos Direitos da Criança.

c) Recomendações por cada um dos 11 Compromissos

A plenária assumiu as conclusões e recomendações apresentadas por cada grupo de trabalho com as contribuições sugeridas pelos participantes, tendo-se realçado de entre elas as seguintes:

1 - Estratégia da Nutrição para a Primeira Infância:

- a) Incluir aspectos relativos a educação nutricional e promoção de produtos locais;
- b) Capacitar as autoridades tradicionais e organizações comunitárias de base na utilização dos produtos locais e preparação de dietas saudáveis e equilibradas;
- c) Incentivar o cultivo de plantas com alto valor nutricional (moringa, alga espirulina) e promover a sua utilização na merenda escolar e nutrição infantil;

2 – Política da Primeira Infância:

- a) Proceder à discussão do documento a nível provincial com o envolvimento dos sectores chaves;
- b) Remeter o documento trabalhado à comissão técnica nos próximos 45 dias a contar com a data da aprovação do mesmo.

3 – Estratégia do incremento do Registo de Nascimento:

- a) Incentivar campanhas de registos com o envolvimento das autoridades tradicionais, brigadas, agentes comunitários, igrejas, no levantamento do número de crianças existentes por Comunas e Municípios;
- b) Usar equipas móveis com recurso ao conservador “itinerante”, utilizando o período de matrículas escolares;
- c) Intensificar as ações de informação, educação e comunicação sobre a importância do registo de nascimento através dos ministérios da família e promoção da mulher, da juventude e desporto, e da comunicação social -Gêgê;
- d) Recrutar e desenvolver ações de capacitação de pessoal para efetuar os registos nas maternidades e outros lugares similares.

4 – Educação para todos:

- a) Rever as metas e estratégias do plano nacional de educação para todos no sentido da sua compatibilização com as dos 11 Compromissos;
- b) Elaborar a estratégia sobre a gratuidade do ensino até ao final de 2011;

5 – Proteção à criança vulnerável:

- a) Aumentar a assistência e o acompanhamento social às famílias com crianças órfãs e vulneráveis;
- b) Desenvolver ações para a redução do estigma e discriminação dos afetados e intectados pelo VIH/SIDA.

6 – Cultura, Desporto e Comunicação Social:

- a) Incentivar as iniciativas locais na veiculação de informação e educação em prol do desenvolvimento da criança;

7 – Sustentabilidade das conquistas:

- a) Que os orçamentos referentes as atividades em prol das crianças sejam espelhados no plano bienal e na mobilização de fundos adicionais complementares do Orçamento Geral do Estado.

Algumas abordagens sobre o V Fórum: considerações finais

Feita a leitura e a aprovação das conclusões e as recomendações gerais sobre o cumprimento e propostas dos “11 Compromissos para com as crianças angolanas”, pelos participantes e convidados ao *V Fórum*, coube ao Presidente do Conselho Nacional da Criança, o Sr. João Baptista Kussumwa proceder a Sessão Solente de encerramento no dia 24 de Junho de 2011.

Sob o nosso ponto de vista, considerarmos este V Fórum ter sido mais um de tantos outros ensaios de “Democracia em Angola”, pelo fato do Executivo Angolano através do CNAC ter convidado as crianças, as autoridades tradicionais, eclesiásticas, ONGs, os governos provinciais e municipais, a participar das discussões sobre a resolução dos problemas que afetam as crianças angolanas. O Governo Angolano, deu apesar das suas limitações, provas de que no mundo global, “o mais importante é resolver os problemas do Povo”, conforme os ideais do fundador do MPLA⁸ e primeiro Presidente da República de Angola, Dr. António Agostinho Neto. Este Povo é o povo angolano de Cabinda ao Cunene, do Moxico à Benguela; do mais velho à criança que acaba de nascer. Sem discriminação racial, tribal, de classe social, de língua ou de religião. Assim, em tudo devemos renovar o compromisso solene de prosseguir na senda dos ideais: a liberdade, a democracia e a igualdade de oportunidades para todos os angolanos. Pois, no discurso em comício alusivo à campanha eleitoral no município de Cacucaco no dia 25/04/ 1992, o Dr. Jonas Malheiro Savimbi, o fundador da UNITA⁹, com as suas virtudes de nacionalista inveterado e que nos

⁸ MPLA e o Movimento Popular de Libertação de Angola, surgiu em 1956 da fusão de vários pequenos grupos anti-coloniais, inclusive da recentemente constituída célula de Luanda do Partido Comunista Português, iniciando a sua acção em 1961. Entre os finais dos anos de 1950, princípios de 1960 agrupando as principais figuras do nacionalismo angolano, entre estudantes no exterior, sobretudo em Portugal - e lutadores contra o colonialismo que fugiam do interior de Angola

⁹ UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola é um partido angolano, fundado em 1966, por dissidentes da FNLA e do GRAE (Governo de Resistência de Angola no Exílio), de que Jonas Savimbi, fundador da UNITA, era ministro das relações exteriores.

inspiraram a projectar uma Angola livre, em que todos os angolanos crianças, adolescentes, jovens, mulheres e homens se devem rever, dizia: “Primeiro angolanos! Segundo os angolanos! Terceiro os angolanos! Os angolanos sempre! Não há um só representante em democracia! [...] Angolano é todo aquele que ama Angola”! Uma outra abordagem digna de menção é sobre a solidariedade defendida por Holden Roberto, fundador da FNLA¹⁰. A solidariedade é a consciência do cidadão angolano, se sentir co-responsável perante o seu próximo, é a motivação segundo a máxima «um por todos, todos por um», é a solidariedade inter-regional. Assim, entendemos que todos os angolanos devem sustentar:

A cultura do espírito de compreensão e ajuda mútua entre as populações, em caso de sinistros, infortúnios e carências, por entender que a solidariedade é um laço moral que une o homem ao bem comum da sociedade, em jeito de dívida social. Os mais favorecidos não podem se sentir felizes perante a desgraça dos menos favorecidos, vítimas dos acidentes naturais, de injustiças da sociedade e da incúria do poder político. (FNLA, 2011).

Estes são os motivos que durante dois dias reuniram 410 pessoas, conforme anunciamos no início deste trabalho de análise crítica do V Fórum Nacional sobre as Crianças sob o lema: “Por um futuro melhor, cuidemos das crianças”.

Assim, depois de tudo o que analisamos vimos reafirmar a trajetória irreversível da história de Angola. Pois, a República de Angola vive neste momento um contexto de paz consolidada com a maior acessibilidade ao território nacional, crescimento de infra-estruturas sociais (estradas, pontes, escolas, unidades de saúde, etc), recuperação econômica com melhoria da renda e dieta nacionais, propiciando oportunidades reais de reforço da oferta dos serviços essenciais em prol do bem-estar da criança angolana.

Se comparado com os primeiros anos (pós-guerra civil), houve progressos na implementação das ações de atendimento dos direitos da criança, conforme espelhado no último relatório de Angola (Setembro, 2010) ao Comité Internacional dos Direitos da Criança, consubstanciados pela Adopção de uma nova Constituição com referências explícitas aos direitos e interesses da criança, o aumento de 30% da fatia do Orçamento Geral do Estado para as despesas sociais, as tendências de melhoria dos índices de mortalidade materna e infantil (IBEP¹¹, 2009), entre outros.

À luz da nova Constituição, iniciativas recém-formadas e ajustadas pelo Executivo, nomeadamente o programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza da Secretaria da Presidência da República para os assuntos sociais, os programas de extensão, desenvolvimento rural e aumento de produção agrícola, a municipalização dos serviços de saúde, da educação e da água para todos, dos Microcréditos do MINFAMU¹², o Programa Nacional de Habitação, etc. Pretendem a justo título melhorar a vida das populações e sobretudo das crianças a partir do município, local onde vivem e se executam os projetos, conforme o lema do IV Fórum Nacional sobre a criança: “Pensar Nacional – Agir local”. Até porque segundo dados da UNICEF, 60% dos angolanos são crianças. E infelizmente, quase metade das crianças angolanas não frequenta a escola. E mais 45% sofre de desnutrição crônica. Uma criança em cada quatro morre antes do seu quinto aniversário. (Angola tem a quarta taxa mais elevada de mortalidade infantil.) 100.000 crianças foram separadas das suas

¹⁰ FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola é um movimento político fundado em 1957, com o nome de União das Populações do Norte de Angola (UPNA), assumindo em 1958 o nome de União das Populações de Angola (UPA). Em 1961, a UPA e um outro grupo anti-colonial, o Partido Democrático de Angola (PDA), constituíram conjuntamente a FNLA.

¹¹ Inquérito de Bem-estar da População

¹² Ministério da Família e Promoção da Mulher.

famílias durante a guerra. 4.5 Milhões de crianças não se encontravam registadas e por último quase metade da população não tem acesso a água limpa e segura.

Temos também a destacar a sequência da implementação do tema “por um futuro melhor, cuidemos da criança”. Este ideal, partilhado ao mais alto nível de governação, reflete o destaque que as questões relacionadas com a sobrevivência e bem-estar das crianças têm merecido. Recentemente, cita o relatório, no âmbito do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza, foi criado por Despacho Presidencial, a Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, composta por vice-ministros, Secretários de Estado e chefiada pela Secretaria para os Assuntos Sociais do Presidente da República, encarregue de coordenar todas as ações e projetos a nível dos municípios, tendo em conta indicadores chave, nos vários domínios da esfera social e económica. Estes projetos definidos com base nos perfis e diagnósticos dos Municípios, irão de forma paulatina contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias, incluindo as crianças. Destacam-se aqui alguns como, a merenda escolar, habitação social e realojamento, cestas básicas familiares, hirtas escolares e comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, central de abastecimento etc.

Embora tenhamos dúvidas sobre a concretização das propostas e compromissos assumidos neste V Fórum, diga-se à bono da verdade que os balanços efectuados a nível dos Departamentos Ministeriais, Provincial e Municipal, além de permitirem identificar os vários constrangimentos, ajudarão a extrair conclusões e ensinamentos pertinentes, estabelecendo as balizas de intervenção conducentes ao reforço das ações em curso e ao desenvolvimento de novas respostas às oportuidades que se oferecem.

Pelas leituras dos relatórios bem como o balanço feito, verificamos que, ainda persistem múltiplos desafios conforme espelhados nas recomendações de outubro do Comité Internacional dos Direitos da Criança, quanto à harmonização da legislação nacional a favor da criança, o aumento da distribuição orçamental específica para as crianças, o reforço do sistema integrado de indicadores para a criança, o fortalecimento da gestão operacional das múltiplas actividades do plano bienal, a redução das taxas de mortalidade materna infantil e o incremento do registo de nascimento, etc. Um outro aspecto a ser salientado é que em Angola, deparamo-nos com a necessidade de se analisar de forma crítica, a participação de todos os atores, os avanços reais obtidos na implementação das ações em benefício das crianças à nível de todo o País e das respectivas famílias, em harmonia com as metas traçadas, baseadas nas informações e relatórios compilados a partir das administrações municipais e dos Conselhos Provinciais, pois ainda apesar dos avanços alcançados, os direitos das crianças necessitam de grandes melhorias e o povo não está preparado para reivindicar pelos seus direitos, devido a falta da consciência do dever de cidadania e da democracia.

Portanto, a partir do que ficou dito neste relatório analítico descritivo do *V Fórum* sobre a criança angolana, concluímos dizendo que, à cada a criança angolana e não só, deve ser assegurado o melhor início da vida, com amor, cuidado, acesso ao serviço, nutrição e proteção necessários à sua sobrevivência, crescimento e desenvolvimento. É preciso reduzir a disparidade entre as zonas urbanas e rurais; entre rapazes e raparigas; e entre ricos e pobres; o acesso ao trabalho, direitos e produtos sociais. Por exemplo, “sabemos que as raparigas têm três vezes menos probabilidades de estar no ensino secundário do que os rapazes; o acesso à parteiras qualificadas durante o parto é normalmente baixo”. Isto revela que para os lugares carentes as mulheres têm menos probabilidade de dar à luz com parteiras habilitadas.

Por isso, é preciso promover a equidade, não só de acesso aos recursos, mas também no respeito universal dos direitos de todas as crianças. Os que são mais vulneráveis e mais expostos aos riscos devem ter o maior ou o melhor acesso à educação, aos cuidados de saúde, ao saneamento, à água potável, à proteção e outros serviços necessários à sua sobrevivência, crescimento e desenvolvimento. Com maior equidade, teremos maiores retornos do bem-estar

das crianças de Angola, do mundo e maior progresso para em torno de modelos preconizados nos Direitos Internacionais das Crianças.

Promover a equidade não é apenas a atitude correta a tomar, mas sim a razão que faz sentido do ponto visto econômico bem como da resolução dos problemas sociais também. Enquanto nos preparamos a reconhecer o plano de trabalho, o orçamento de administração não podemos nos esquecer que por detrás de qualquer estatista fica um dado: estão milhares de crianças angolanas de Cabinda ao Cunene que muitas vezes estão condenadas a comer o pão que o diabo amassou, por causa da maldade dos que têm o poder a seu bel-prazer.

Juntos e cada um em particular deve sentir, ouvir e escutar bem dentro de si e à sua voz o clamor das crianças no seu Painel “A Voz da Crianças”: “Nada para nós sem nós”. Ouvir, escutar e atender as necessidades e preocupações das crianças, é garantir uma sociedade á altura dos desafios do mundo global.

Por conseguinte, esperamos que o *V Fórum* tenha sido, uma enorme conscientização das mentes e metas. Da parte de todo o Sistema das Nações Unidas, tenha deixado o ferrenho reafirmar o compromisso de apoiar e fiscalizar o Governo de Angola na sua capacidade de estabelecer a Democracia, contribuir para que todos os angolanos façam das crianças a “prioridade absoluta”, conforme o discurso de Sua Excelência o Senhor José Educar do Santos, Presidente de Angola, no dia 1 de junho.

Pôr a criança na agenda Nacional como prioridade absoluta, considerando que ela representa o futuro de Angola que poderá estar comprometido se todos, Governo e Sociedade, não assumirem o compromisso de garantir os seus direitos imediatamente (2011).

Referências

KUSSUMWA, João Batista. **Discurso, Discurso da Sessão Solene da Abertura**, do V Fórum Nacional sobre a Criança angolana, Luanda Angola, 2011.

MARCUM, John. **The Angolan Revolution**. Vol. I, Anatomy of an Explosion (1950-1962), _____ . Vol. II, **Exile Politics and Guerrilla Warfare**, Cambridge/Mass. & Londres, 1969 e 1978.

NISKIER, Arnaldo. **Filosofia da Educação: Uma visão crítica**. 2ª edição, Loyola, São Paulo, Brasil, 2001.

REPÚBLICA DE ANGOLA - CNAC. **Relatório Narrativo do Grau de Cumprimento dos 11 Compromissos com a Criança**. V Fórum Nacional Sobre a Criança angolana, Luanda, 2011.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Lobito, Escolar Editora, 2010.

SANTOS, José Eduardo. **Discurso alusivo ao dia 1 de Junho, dia internacional da Criança**, Luanda - Angola, 2011.

SANTOS, Fernando da Piedade Dias. **Discurso da Sessão Solene da Abertura**, do V Fórum Nacional sobre a Criança angolana, Luanda Angola, 2011.

SAVIMBI, Dr. Jonas Malheiro. **Discurso em camício alusivo à campanha eleitoral no Município de Cacuaco**, Luanda – Angola, no dia 25/04 1992.

SILVA, Rosa Cruz e. **O impato dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, na sobrevivência e bem-estar das crianças, (Mesa Redonda - A criança e preservação dos Valores da Cultura)**, in: V Fórum Nacional sobre a Criança angolana, Luanda Angola, 2011.

VANORMELINGER, Koen. **Discurso, Discurso da Sessão Solene da Abertura**, do V Fórum Nacional sobre a Criança angolana, Luanda Angola, 2011.

http://www.fnla.net/fr/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=479&limitstart=1.

